

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.240 - SP (2019/0356062-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : MAYCON LUIZ XAVIER (PRESO)
ADVOGADO : ELTON EUCLIDES FERNANDES - SP258692
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MAYCON LUIZ XAVIER por contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2195761-71.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de roubo simples (arts. 157, caput, do CP). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJSP pugnando pela revogação da prisão do paciente em razão de reais chances de desclassificação da conduta para a de furto. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça.

Agora o recorrente interpõe o presente recurso sustentando que o Colendo Tribunal de Justiça errou e induziu a erro os julgadores com a falsa informação de que a sua prisão fora em flagrante. Assegura que o delito foi confessado espontaneamente, tendo se encaminhado sozinho à delegacia para prestar esclarecimentos. Afirma que há fortes chances de desclassificação do ato para o delito de furto.

Assegura inexistirem fundamentos concretos para a manutenção da sua prisão.

Pleiteia, em liminar e no mérito, a imediata concessão de alvará de soltura com o posterior reenvio dos autos para julgamento do Tribunal a *quo*; subsidiariamente, a concessão de liberdade até a análise de mérito deste *writ*. Sucessivamente, seja a liminar confirmada para que possa responder o processo em liberdade.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator